

IBH Renováveis I S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Período de
5 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
IBH Renováveis I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IBH Renováveis I S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da IBH Renováveis I S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Capital circulante negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$39 mil na controladora e R\$372.817 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2022, decorrente principalmente do fato de a Companhia se encontrar em fase pré-operacional, com previsão de entrada em operação até o segundo semestre de 2023. Durante essa fase e até que a Companhia possa gerar recursos por meio de suas operações, os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes do acionista e por financiamentos obtidos com instituições financeiras credoras. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode lançar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

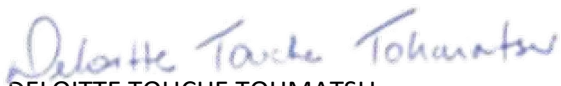
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

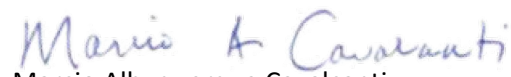
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcio Albuquerque Cavalcanti
Contador
CRC nº 1 SP 264164/O-2

IBH RENOVÁVEIS I S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PERÍODO DE 5 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 2022	Consolidado 2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 2022	Consolidado 2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13	201.119	Fornecedores	10	12	118.106
Títulos e valores mobiliários	6	-	6.073	Empréstimos e financiamentos	12	-	470.835
Contas a receber		-	13	Encargos regulatórios		-	1.974
Parte relacionada		-	1.286	Obrigações trabalhistas		-	180
Impostos a recuperar		4	3.529	Tributos e contribuições sociais e recolher		1	1.056
Adiantamentos		3	3.555	Partes relacionadas	11	44	257
Instrumentos financeiros derivativos		-	510			57	592.408
Despesas antecipadas		-	3.506				
		<u>20</u>	<u>219.591</u>				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	6	-	15.877	Empréstimos e financiamentos	12	-	970.257
Investimentos	7	359.338	-	Debêntures		-	221.164
Imobilizado	8	-	1.805.424			-	1.191.421
Intangível	9	-	102.238				
		<u>359.338</u>	<u>1.923.539</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	1.587.953	1.180.953
				Capital a integralizar		(949.049)	(542.049)
				Transação com acionistas		(273.671)	(273.671)
				Prejuízos acumulados		(35.988)	(35.988)
				Outros resultados abrangentes		30.056	30.056
				Total		<u>359.301</u>	<u>359.301</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>359.358</u></u>	<u><u>2.143.130</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>359.358</u></u>	<u><u>2.143.130</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH RENOVÁVEIS I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE 5 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora 2022	Consolidado 2022
RECEITAS OPERACIONAIS		-	5
CUSTO OPERACIONAIS	16	-	(7.896)
RESULTADO BRUTO		-	(7.891)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	17	(54)	(11.425)
		(54)	(11.425)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	7	(35.949)	-
PREJÚZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(36.003)	(19.316)
Receitas financeiras		15	17.999
Despesas financeiras		-	(31.085)
RESULTADO FINANCEIRO	18	15	(13.086)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(35.988)	(32.402)
Imposto de renda e contribuição social	14	-	(3.586)
PREJÚZO DO EXERCÍCIO		(35.988)	(35.988)
Prejuízos básico diluído - (reais/ações)		(0,23680)	(0,23680)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH RENOVÁVEIS I S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA PERÍODO DE 5 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(35.988)	(35.988)
Outros resultados abrangentes		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	30.056	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(5.932)</u>	<u>(35.988)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH RENOVÁVEIS I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA PERÍODO DE 5 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Capital a	Transação com	Outros Resultados	Lucros/prejuízos	
	Capital social	integralizar	acionistas	Abrangentes	acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-
Constituição da empresa	0,40	-	0,36	-	-	-
Aumento de Capital FIP IV p/ IBHSV conf. AGE de 19.09.2022	14	1.180.953	-	-	-	1.180.953
Aumento de Capital FIP IV p/ IBHSV conf. AGE de 19.09.2022	14	-	(705.049)	(273.671)	-	(978.720)
Redução de capital conforme AGE de 27.10.2022	14	(705.049)	-	-	-	(705.049)
Aumento de capital conforme AGE de 27.10.2022	14	1.112.049	(407.000)	-	-	705.049
Integralização de Capital em 10 de Novembro de 2022	14	-	20.000	-	-	20.000
Integralização de Capital em 23 de Novembro de 2022	14	-	143.000	-	-	143.000
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(35.988)	(35.988)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	30.056	-	30.056
						-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<u>1.587.953</u>	<u>(949.049)</u>	<u>(273.671)</u>	<u>30.056</u>	<u>(35.988)</u>	<u>359.301</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH RENOVÁVEIS I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA PERÍODO DE 5 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2022	Consolidado 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(35.988)	(35.988)
Itens que não afetam o caixa operacional:			
Resultado de equivalência patrimonial	7	35.949	-
Depreciação e amortização	8 e 9	-	51
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	12	-	71.151
(Aumento) Diminuição dos ativos operacionais:			
Contas a Receber		-	75
Impostos a recuperar		(4)	(871)
Despesas antecipadas		-	373
Partes relacionadas	11	-	(1.273)
Adiantamentos		(3)	1.016
Aumento (Diminuição) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		14	78.186
Tributos e contribuições sociais e recolher		1	219
Partes relacionadas		44	(17.102)
Encargos regulatórios		-	751
Obrigações trabalhistas		-	39
Outras contas a pagar		-	(25.659)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>13</u>	<u>70.968</u>
Juros pagos	12 e 13	-	(20.732)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>13</u>	<u>50.236</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e valores mobiliários		-	31.322
Aquisição de imobilizado	8	-	(503.098)
Aquisições do intangível	9	-	(988)
Investimentos em controladas	7	(163.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(163.000)</u>	<u>(472.764)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento/(redução) de capital social		163.000	163.000
Captação de empréstimo	12	-	492.032
Pagamento de empréstimo	12	-	(235.992)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		<u>163.000</u>	<u>419.040</u>
ACRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13	(3.488)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	<u>204.607</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>13</u>	<u>201.119</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IBH RENOVÁVEIS I S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O PERÍODO DE 5 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A IBH Renováveis I S.A. (“Companhia” ou “IBR I”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de janeiro de 2022, com sede na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 - 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo, tendo como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia é controlada do Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 19 de setembro de 2022 a Companhia passou a ser a controladora da empresa Infraestrutura Brasil Holding IV S.A., através de aumento de capital realizado pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de 100% das ações da empresa (vide nota 14). A Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“IBH IV”), constituída em 25 de setembro de 2019 tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável.

Continuidade das operações

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2022, capital circulante negativo em R\$37 na controladora e R\$372.817 no consolidado decorrente substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração eólica de suas controladas indiretas.

O Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo, que terão início de suprimento de energia no segundo semestre de 2023.

As controladas indiretas da Companhia possuíam previsão inicial de entrada em operação no final de 2022, porém, devido a atrasos no fornecimento dos aerogeradores, esta data foi adiada para o segundo semestre de 2023. Adicionalmente, durante a execução da obra foi identificado a necessidade de reforço nas fundações que suportam os aerogeradores. A Companhia preza pela qualidade e segurança de suas plantas e por isso decidiu adiar a entrada em operação e realizar os reforços necessários.

A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera: (i) a negociação do vencimento das dívidas de curto prazo (ii) aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário.

Adicionalmente, a Administração entende que os investimentos necessários ao projeto serão suportados pela liberação dos recursos dos financiamentos contratados pelas controladas [indiretas] junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”), por meio de linha de crédito de R\$1.203.073; e Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), por meio de linha de crédito de R\$655.000.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus e alocação do preço de aquisição societárias. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

d) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBR I e suas controladas, nas quais a IBR I detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

A participação nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Participação em 31/12/2022 Direta	Participação em 31/12/2022 Indireta
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. - "IBH IV"	100%	-
Infraestrutura Brasil Holding V S.A. - "IBH V"	-	100%
Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. - "IBH SV"	-	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas os resultados financeiros são alocados ao custo do ativo imobilizado na fase pré-operacional.

3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e aos reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.4. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

3.5. Provisão para redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos valores recuperáveis.

3.6. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas provisões para riscos a serem registradas nas demonstrações financeiras.

3.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.9. Arrendamento

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor.
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

As controladas indiretas da Companhia possuem contratos de arrendamento terras nos parques eólicos, no município de Xique-Xique, BA. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos e apresenta vigência em torno de 49 anos. As controladas indiretas não registraram estes contratos a luz do CPC06 (R2) vista que a base de remuneração é variável.

3.10. Impostos

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Na controladora e controladas diretas que são holdings, o método de apuração é o lucro real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro líquido para Contribuição Social.

Nas controladas indiretas, constituídas como SPEs (Sociedade de Propósito Específico), a tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando para o Imposto de renda, a base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e para a Contribuição social a base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

3.11. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Custo amortizado:**

Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- **Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA):**

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- **Valor justo por meio do resultado (VJR):**

Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- **Reconhecimento**

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

- **Mensuração**

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos derivativos - "Hedge"

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de "hedge" com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia e suas controladas para fins de proteção é o NDF ("Non-Deliverable Forward") cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto.

Os derivativos contratados são classificados como "hedge" de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia e suas controladas adotam o "hedge accounting".

As principais características das atividades de "hedge" das controladas indiretas são baseadas nas Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

4. ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01.01.2022

Norma	Alteração	Vigência
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41 CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	01.01.2022

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Não definida
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Depósitos bancários	1	306
Aplicações financeiras	12	200.813
	<u>13</u>	<u>201.119</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos à um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 98% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora 2022	Consolidado 2022
CDB a 99% do CDI (i)	-	21.950
	-	21.950
Circulante	-	6.073
Não Circulante	-	15.877

- (i) Garantias às NDFs (“Non-Deliverable Forward”) contratadas pelas controladas indiretas durante a vigência dos respectivos contratos registrado no curto prazo e valores relativos a conta reserva da dívida das controladas indiretas no longo prazo.

7. INVESTIMENTO

a) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2022

	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
IBH IV	100%	607.951	1.133.600	774.262	359.338	(163.049)
		607.951	1.133.600	774.262	359.338	(163.049)

b) Movimentação do investimento

Controlada	Saldo de abertura	Adições (i)	Aportes de capital (ii)	Equivalência Patrimonial (ii)	Outros resultados abrangentes (ii)	Saldo em 31/12/2022
IBH IV	-	202.213	163.000	(35.949)	30.056	359.338
Total	-	202.231	163.000	(35.949)	30.056	359.338

- i) Adição de investimento referente ao aporte de capital recebido do FIP IV, em 19 de setembro de 2022, referente ao valor do patrimônio líquido da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. na data do aporte realizado;
- ii) Relativo ao período em que a Companhia passou a ser a controladora

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

Consolidado	Taxa anual média de depreciação %	Saldo em 2022
Imobilizado operacional em serviço		
Terrenos		32
Máquinas equipamentos	20%	105
Edificações e benfeitorias	20%	53
Móveis e utensílios		38
		228

Consolidado	Taxa anual média de depreciação %	Saldo em 2022
Imobilizado operacional em construção		
Terrenos		-
Máquinas e equipamentos		383.014
Edificações e benfeitorias		1.441
Móveis e utensílios		290
Serviços a ratear (i)		176.489
Adiantamento a fornecedor (ii)		1.243.962
		<u>1.805.196</u>
		<u>1.805.424</u>

- (i) A rubrica “A ratear” é composta pelos custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão fundiária, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia do proprietário, despesas de viagens, apropriação de seguros e receitas financeiras capitalizáveis. Os custos a ratear são realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).
- (ii) A rubrica de adiantamentos refere-se a recursos liberados a fornecedores de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços para implementação das usinas eólicas das investidas. No momento das entregas dos materiais e serviços os valores são incorporados ao ativo imobilizado.

b) Movimentação do imobilizado

	Saldo de abertura	Adição por nova controlada	Adições	Depreciação	Valor Líquido em 2022
Imobilizado operacional em serviço					
Terrenos	-	32	-	-	32
Máquinas e equipamentos	-	108	11	(14)	105
Edificações	-	53	-	-	53
Móveis e utensílios	-	-	40	(2)	38
Total	<u>-</u>	<u>194</u>	<u>51</u>	<u>(17)</u>	<u>228</u>
Imobilizado operacional em curso					
Máquinas e equipamentos	-	364.281	18.733	-	383.010
Edificações	-	1.442	-	(1)	1.441
Móveis e utensílios	-	257	33	-	290
Serviços e a ratear	-	108.012	68.477	-	176.489
Adiantamentos a fornecedores	-	828.157	415.805	-	1.243.962
Total	<u>-</u>	<u>1.302.149</u>	<u>503.048</u>	<u>-</u>	<u>1.805.196</u>
Total do imobilizado	<u>-</u>	<u>1.302.343</u>	<u>503.098</u>	<u>(17)</u>	<u>1.805.424</u>

9. INTANGÍVEL

a) Composição do ativo intangível

	Taxa anual média de amortização %	Consolidado Saldo em 2022
Intangível administrativo em desenvolvimento	-	-
Softwares		1.648
		1.648
Intangível operacional em serviço		-
Servidões	-	152
Contratos de autorização	-	91.600
Ágio		8.608
-		100.543
Intangível operacional em desenvolvimento		-
Servidões	-	47
		47
		102.238

b) Movimentação do intangível

	Consolidado					Valor líquido em 2022
	Saldo de abertura	Adição por nova controlada	Adições	Transferência	Amortização	
Intangível administrativo em desenvolvimento						
Softwares	-	876	617	-	(34)	1.643
		876	617	-	(34)	1.643
Intangível operacional em desenvolvimento						
Servidões	-	47	-	-	-	47
		47	-	-	-	47
Intangível operacional em serviço						
Software		-	183	-	-	183
Servidões		152	-	-	-	152
Contratos de autorização		91.600	-	-	-	91.600
Ágio		8.608	-	-	-	8.608
		100.360	-	-	-	100.543
		101.283	988		(34)	102.238

Os contratos de autorização são relativos à parcela não alocada da aquisição do parque Eólico São Vitor em 2020. A aquisição foi realizada pela IBH V, que em seguida cindiu parte dos ativos para a IBH SV. Os valores são apresentados como ativo intangível no consolidado e possuem vida útil definida de 35 anos. Os ativos intangíveis atrelados a estes contratos serão amortizados linearmente a partir da data de entrada em operação do parque eólico até o final da vigência do contrato.

10. FORNECEDORES

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Fornecedores	12	115.559
Provisão de fornecedores	-	2.547
	<u>12</u>	<u>118.106</u>

11. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições usuais acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Ativo circulante		
ESSENTIA PCHS S.A.	-	1.286
	-	1.286
Passivo circulante		
IBH IV	44	-
IBH I	-	257
	<u>44</u>	<u>257</u>

Remuneração da Diretoria

A remuneração do pessoal chave da Administração incluindo encargos e benefícios alocados no consolidado da IBR I após compartilhamento corresponde a R\$1.739. O compartilhamento das despesas de folha de pagamento entre a Infraestrutura Brasil Holding I S.A (holding também investida do FIP IV) e a Infraestrutura Brasil Holding IV S.A, onde são compartilhados em 50% para cada empresa.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

a) Contratos

(i) BNDES

Em 29 de novembro de 2021, as controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 assinaram contrato de financiamento com o BNDES. O total de recursos captados é de R\$655.000, parcialmente desembolsados durante o ano de 2022. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 6,31% ao ano.

O principal e juros da dívida devem ser pagos ao BNDES em até 270 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2023. O vencimento do contrato é 15 de novembro de 2045. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir:

- Crédito "A" - São Vitor 01, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito A1 no valor de R\$59.868 e subcrédito A2 no valor de R\$26.316;
- Crédito "B" - São Vitor 03, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito B1 no valor de R\$59.868 e subcrédito B2 no valor de R\$26.316;
- Crédito "C" - São Vitor 07, recurso total de R\$120.658 composto por subcrédito C1 no valor de R\$83.817 e subcrédito C2 no valor de R\$36.841;
- Crédito "D" - São Vitor 11, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito D1 no valor de R\$59.868 e subcrédito D2 no valor de R\$26.316;
- Crédito "E" - São Vitor 12, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito E1 no valor de R\$59.868 e subcrédito E2 no valor de R\$26.316;
- Crédito "F" - São Vitor 13, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito F1 no valor de R\$59.868 e subcrédito F2 no valor de R\$26.316;
- Crédito "G" - São Vitor 14, recurso total de R\$103.422, composto por subcrédito G1 no valor de R\$71.843 e subcrédito G2 no valor de R\$31.579;

(ii) BNB

Em 27 de outubro de 2021, a São Vitor 02, São Vitor 04, São Vitor 05, São Vitor 06, São Vitor 08, São Vitor 09 e São Vitor 10 assinaram contrato de financiamento com o BNB. O total de recursos captados nos contratos é de R\$548.072, parcialmente desembolsados durante o ano de 2022. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 2,68% ao ano (considerando o bônus de adimplência de 15% sobre a taxa).

O principal e juros da dívida devem ser pagos ao BNB em 215 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de dezembro de 2023. O vencimento do contrato é 15 de novembro de 2041. As linhas de crédito foram disponibilizadas conforme a seguir:

- São Vitor 02: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 04: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 05: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 06: recurso total de R\$74.064;

- São Vitor 08: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 09: recurso total de R\$74.064;
- São Vitor 10: recurso total de R\$103.689.

(iii) CCB BTG

A IBH IV captou em 12 de agosto de 2020 recursos financeiros no montante de R\$400.000, na forma de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), junto a instituição financeira

BTG Pactual S/A. A dívida original era composta por juros pagos trimestralmente e amortização do principal somente no seu vencimento. Em 22 de julho de 2021, a CCB foi rolada por 12 meses adicionais, com novo vencimento para 22 de julho de 2022. A CCB vigente é composta por juros remuneratórios de 100% do CDI composto com a taxa fixa de 3,00% a.a., juros pagos trimestralmente e amortização do principal somente no seu vencimento. A operação foi liquidada no seu vencimento.

(iv) NP (Nota Promissória)

Em 29 de julho de 2021, a IBH IV efetuou sua primeira emissão de notas promissórias em série única de 8 cédulas, no montante total de R\$200.000, cujas principais características são:
Quantidade: 8

Valor nominal unitário: R\$25.000

Vencimento final: 22 de julho de 2022

Pagamento do valor nominal: No vencimento

Remuneração: CDI + 3,00% a.a.

Pagamento da remuneração: No vencimento

A operação foi liquidada no seu vencimento.

(v) 1ª NC (1ª Emissão de Notas Comerciais)

Em 16 de fevereiro de 2022, a IBH IV efetuou sua primeira emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$210.000. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,05% a.a., com vencimento para 16 de agosto de 2023.

(vi) CCB Alfa

Em 22 de julho de 2022, a IBH IV captou recursos financeiros no montante de R\$200.000, na forma de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), junto a instituição financeira Banco Alfa de Investimento S/A. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,70% a.a., com vencimento para 21 de julho de 2023.

(vii) 2ª NC (2ª Emissão de Notas Comerciais)

Em 11 de novembro de 2022, a IBH IV efetuou sua segunda emissão de notas comerciais escriturais, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$175.000. A operação foi realizada em duas tranches, com R\$99.000 desembolsados em novembro de 2022, e o restante desembolsado em janeiro de 2023. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,70% a.a., com vencimento para 11 de maio de 2024.

b) Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Vencimento	2022
NC_Itaú	CDI+ 2,05%	16/08/2023	235.949
CCB_ALFA_Port_BTG	CDI+ 1,7%	21/07/2023	213.173
2ªNC_ABC	CDI +2,7%	11/05/2024	101.085
BNB	IPCA+6,31%a.a.	15/11/2045	408.357
BNDES	IPCA+ 2,68% (bônus de adimpl)	18/11/2041	482.528
			<u>1.441.092</u>
		Circulante	470.835
		Não circulante	970.257

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

c) Garantias

Empréstimos BNDES

As garantias do contrato de financiamento com o BNDES são: (i) Penhor de ações da IBH V, (ii) Penhor de ações da SPE, (iii) Penhor de máquinas e equipamentos, (iv) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.

As garantias dadas aos fiadores são: fiança da IBH IV e das SPEs.

Empréstimos BNB

As garantias do contrato de financiamento com o BNB são: (i) fiança bancária durante todo o prazo da operação (ii) cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, equivalente a aproximadamente 3% do saldo desembolsado.

As garantias dadas aos fiadores são: (i) alienação fiduciária de ações da SPE, (ii) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) direitos emergentes das autorizações, (c) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos ou seguros do projeto, (d) direitos creditórios da SPE provenientes das garantias outorgadas pelas partes contratadas no âmbito dos contratos do projeto, (iii) alienação fiduciária das máquinas e equipamentos relativos ao projeto, (iv) fiança das SPEs, da IBH SV e da IBH IV.

d) Índice de cobertura da dívida - BNDES

O financiamento com o BNDES referente às controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD"), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na IBH V, com base em informações das demonstrações financeiras.

O cálculo será obrigatório a partir do exercício de 2024, e ele deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente.

e) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Consolidado

Consolidado								
Circulante	Saldo de abertura	Adição nova controlada	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Pagamentos	Custo de transação	Saldo em 2022
Principal	-	1.340.576	305.513	2.072	-	(235.992)	-	1.412.169
Juros	-	22.433	-	-	60.156	(20.732)	-	61.857
Custo de transação	-	(7.210)	-	-	-	-	(25.722)	(32.932)
Total	-	<u>1.355.799</u>	<u>305.513</u>	<u>2.072</u>	<u>60.156</u>	<u>(256.724)</u>	<u>(25.722)</u>	<u>1.441.094</u>

f) Fluxo nominal de pagamento

	<u>Fluxo nominal</u>
1 ano	474.900
2 anos	131.449
3 anos	23.718
4 anos	21.594
5 anos	24.167
Após 5 anos	<u>790.987</u>
	<u>1.466.815</u>

13. DEBÊNTURES

a) Contratos

(i) 1ª Deb (1ª Emissão de Debêntures)

Em 6 de setembro de 2021, a IBH IV efetuou sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$220.000. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,00% a.a., com vencimento para 5 de setembro de 2022. O saldo devedor foi rolado por 2 meses adicionais, com novo vencimento para 15 de novembro de 2022, e a operação foi liquidada no seu vencimento.

(ii) 2ª Deb (2ª Emissão de Debêntures)

Em 22 de setembro de 2022, a IBH IV efetuou sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$215.000. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,30% a.a., com vencimento para 22 de setembro de 2024.

(iii) Composição dos empréstimos e financiamentos

<u>Modalidade</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2022</u>
2ªDeb_UBS	CDI+ 2,3%	22/09/2024	<u>221.164</u>
			<u>221.164</u>
		Circulante	-
		Não circulante	221.164

b) Garantias

As Debêntures possuem como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de boletim de subscrição e conta vinculada.

c) Movimentação das debêntures

<u>Circulante</u>	<u>Consolidado</u>				
	<u>Saldo de abertura</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Juros</u>	<u>Custo de transação</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Principal	-	215.000	8.923	(2.759)	221.164
Total	-	<u>215.000</u>	<u>8.923</u>	<u>(2.759)</u>	<u>221.164</u>

(i) Fluxo nominal de pagamento

	<u>Fluxo nominal</u>
2 anos	<u>223.923</u>
	<u>223.923</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(35.988)	(32.402)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	<u>(12.236)</u>	<u>(11.017)</u>
Equivalência patrimonial	12.222	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	<u>14</u>	<u>7.431</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>-</u>	<u>(3.586)</u>
Alíquota efetiva	0%	0%

O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para compensação com lucros tributáveis futuros é de R\$39.421. A Companhia não reconheceu crédito tributários sobre esses valores, pela não expectativa de geração de resultados tributáveis nos próximos exercícios.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$638.904 (representado por 638.904.198 ações).

Em 19 de setembro de 2022, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.180.953 com a emissão de 1.180.952.387 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As novas ações foram subscritas pelos acionistas da seguinte forma:

- (i) 475.903.798 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são neste ato integralizadas mediante a conferência de 475.903.798 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, de titularidade do FIP IV, representativas de 100% do capital da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.;
- (ii) 705.048.589 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem integralizados em moeda corrente pelos acionistas.

As transações societárias foram realizadas a valores econômicos, com data base de 31 de julho de 2022, não resultando em impactos no resultado da Companhia.

Em 27 de outubro de 2022, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a redução do capital através do cancelamento das 705.048.589 ações ordinárias não integralizadas. Em ato contínuo, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.112.049 com a emissão de 1.112.049 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas.

A composição do capital social por acionista é como se segue:

	<u>2022</u>
Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	<u>100%</u>

b) Resultado por ação

	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(35.988)
Média ponderada de ações ordinárias	<u>151.979.257</u>
Prejuízos básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,2368)</u>

16. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Contrato de uso do sistema de transmissão de energia (CUST)	-	(7.494)
Compra de energia	-	(45)
Pessoal e encargos	-	(15)
Materiais	-	139
Serviços de terceiros	-	(398)
Impostos e taxas	-	(4)
Arrendamento e aluguéis	-	(49)
Outros	-	(30)
	<u>-</u>	<u>(7.896)</u>

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Serviços de terceiros (i)	(54)	(3.899)
Pessoal e encargos	-	(6.000)
Depreciação	-	(51)
Seguros	-	(319)
Provisões	-	(10)
Licença de software	-	(754)
Outros	-	(392)
	<u>(54)</u>	<u>(11.425)</u>

(i) Valor relativo principalmente a honorários advocatícios, auditoria e serviços de consultoria e assessoria.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos das aplicações financeiras	16	18.188
Outras Receitas Financeiras	-	35
(-) Tributos sobre receita financeira	(1)	(224)
-	<u>15</u>	<u>17.999</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(30.360)
Outras despesas financeiras	-	(725)
	<u>-</u>	<u>(31.085)</u>
	<u>15</u>	<u>(13.086)</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 48:

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. As controladas da Companhia têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Mensuração a valor justo</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>	
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa	13	201.119	
Parte relacionada	-	1.286	
Títulos e valores mobiliários	-	21.950	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:			
Instrumentos financeiros derivativos	-	510	Nível 2
<u>Passivos financeiros</u>			
Fornecedores	12	118.106	
Empréstimos e financiamentos	-	1.441.092	
Debêntures	-	221.164	
Partes relacionadas	44	257	

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

c) Instrumentos financeiros derivativos - “Hedge Accounting”

Em 23 de dezembro de 2020 as controladas indiretas da Companhia contrataram operações de instrumentos financeiros derivativos para proteção de fluxo de caixa em função dos riscos inerentes a possíveis variações da taxa de câmbio, referente principalmente à aquisição de aerogeradores para compor componentes das usinas eólicas de Ventos de São Vitor.

As NDFs contratadas foram equivalentes com o prazo e volume semelhante ao ativo coberto, sendo que grande parte foi liquidada durante 2022, e uma pequena parcela foi rolada para o ano de 2023. Estes itens foram previstos em contratos já firmados com o fornecedor e as contratações dos instrumentos derivativos foram alinhadas com o desembolso financeiro dos respectivos itens.

A variações cambiais não realizadas sobre os saldos passivos bem como as variações cambiais realizadas sobre operações liquidadas, serão contabilizadas no ativo imobilizado, quando comprovada a efetividade do “hedge”.

A Companhia registrou todos os contratos como ativos financeiros a valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes conforme demonstrado no quadro a seguir:

Consolidado em 31 de dezembro de 2022						
Agente financeiro	Vencimento	Moeda	Notional	Posição passiva BRL	Posição ativa BRL	Valor Justo
Itaú Unibanco S.A	2023	CNH	31.674	23.795	23.999	204
Itaú Unibanco S.A	2023	EUR	4.352	24.211	24.424	214
Itaú Unibanco S.A.	2023	USD	11.482	59.774	59.864	92
			<u>47.508</u>	<u>107.780</u>	<u>108.285</u>	<u>510</u>

d) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI e ao IPCA, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em dezembro de 2022 em 12,39% a.a. e ao IPCA em 5,79% a.a. e em dezembro de 2021 em 4,42% a.a. e 10,06% a.a. respectivamente.

Controladora							
31/12/2022							
Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	13	2	1	1	2	2
Títulos e valores mobiliários	CDI	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	IPCA	-	-	-	-	-	-
Consolidado							
31/12/2022							
Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	201.119	24.921	18.690	12.460	31.151	37.381
Títulos e valores mobiliários	CDI	15.877	1.967	1.475	984	2.459	2.951
Empréstimos e financiamentos	CDI	(775.492)	(44.901)	(33.676)	(22.450)	(56.126)	(67.351)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(915.246)	(52.993)	(39.745)	(26.496)	(66.241)	(79.489)
Exposição líquida		(1.473.742)	(71.006)	(53.256)	(35.502)	(88.757)	(106.508)

20. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

21. GARANTIAS

a) Fianças bancárias

Garantias	Tipo de garantia	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos BNDES	Fiança bancária	507.659	-
Financiamentos BNB	Fiança bancária	535.550	-
ONS	Fiança bancária	8.371	-
Total		1.051.580	-

Além de fiança bancária as garantias do financiamento com o BNDES incluem: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da IBH V e das SPEs e (ii) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto.

22. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo apresentado pela Companhia e suas controladas na rubrica de seguros refere-se substancialmente a seguro garantia para o contrato de compra e venda de energia firmado com a Cemig, e apólice de seguro de garantia financeira, prestada como garantia de fiel cumprimento para a outorga de autorização para exploração dos empreendimentos Eólicos.

23. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

As controladas indiretas da Companhia que possuem compromissos assumidos através principalmente de "Power Purchase Agreement" ("PPA") junto a CEMIG Geração e Transmissão S.A em contratos de venda de energia incentivada com início de suprimento de energia previsto em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041.

Devido a postergação da entrada em operação, as investidas da Companhia irão adquirir energia no mercado para suprir o contrato com a Cemig até o início das operações.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 5 de janeiro de 2023, foi realizado desembolso de R\$76.000 referente a segunda tranche da nota comercial emitida pela IBH IV em novembro de 2022, finalizando a série dos desembolsos e totalizando o montante de R\$175.000.